

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.712.090 - RS (2017/0303979-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) - RS083640A
RECORRIDO : VALDEMAR JOSE LUDWIG
ADVOGADOS : ADROALDO GERVASIO STURMER DA SILVEIRA - RS034808
MOZART MACHADO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS052181
MARCIA ANDREIA SONEGO DA SILVEIRA - RS072487B

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. SUSPENSÃO DO FEITO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSTERIOR PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PERDA DE OBJETO. RECURSO PREJUDICADO.

DECISÃO

VALDEMAR JOSE LUDWIG (VALDEMAR) promoveu cumprimento provisório de sentença proferida em ação civil pública, em desfavor de BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL), relativa a expurgos inflacionários sobre saldo devedor de cédulas de crédito rural.

O Juízo Federal determinou a suspensão do feito até o julgamento em definitivo da Ação Civil Pública nº 94.0085141-1, ou até deliberação em contrário desta Corte.

Contra essa decisão, VALDEMAR interpôs agravo de instrumento que foi parcialmente provido pelo TRF da 4ª Região em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EFEITOS PARA A EXECUÇÃO PROVISÓRIA.

1. O STJ, em decisão proferida nos autos da ACP94.008514-1, atribuiu efeito suspensivo aos embargos de divergência da União, os quais versam sobre a aplicabilidade do art. 5º da Lei 11.960/09. Em decisão anterior, o tribunal negou pedido de certificação do trânsito em julgado em face do Banco do Brasil, restando consignado que há litisconsórcio passivo unitário na referida ação civil pública.

2. A atribuição de efeito suspensivo em recurso nas instâncias

Superior Tribunal de Justiça

superiores opera seus efeitos a partir das disposições contidas na lei processual, não se confundindo com eventual expressa determinação de suspensão de execuções em curso.

3. O efeito suspensivo não tem o condão de desbordar da matéria impugnada no próprio recurso (efeito devolutivo), razão pela qual os efeitos da decisão recorrida que ficam suspensos são exclusivamente aqueles objeto da insurgência recursal.

4. A execução provisória, única admissível em face da inexistência do trânsito em julgado, pode prosseguir naquilo em que não foi obstada pelo efeito suspensivo concedido nos embargos de divergência, isto é, desde que se observe a aplicação o art. 5º da Lei 11.960/2009 quanto à correção monetária.

5. Agravo de instrumento parcialmente provido (e-STJ, fl. 441).

Irresignado, BANCO DO BRASIL interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF, apontando a violação dos arts. 5º da Lei nº 11.960/2009, 485, IV, e 520, *caput*, IV, do NCPC (e-STJ, fls. 449/457).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 491/496).

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fl. 501).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

O STJ já consolidou o entendimento que fica prejudicado o recurso especial interposto contra acórdão que julga o agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória se já foi proferida a sentença de mérito.

Confira-se a ementa do referido julgado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. RECURSO ORIGINADO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO DO RECURSO. PREJUDICIALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. REEXAME DA CAUSA. REJEIÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, fica prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento, quando se verifica a prolação da sentença de mérito, haja vista que nela a cognição é exauriente.

[...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.390.811/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, j. 20/6/2017, DJe 26/6/2017)

A superveniência da sentença proferida no feito principal enseja a perda de objeto de recursos anteriores que versem sobre questões resolvidas por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento (AgRg no REsp. 1.485.765/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 29.10.2015).

No caso dos autos, o TRF da 4ª região, por ofício, informou que foi proferida sentença no processo nº 5026369-98.2017.4.04.0000, que deu origem ao recurso especial que ora se examina (e-STJ, fls. 515/517).

Diante do exposto, com fundamento no artigo 34, XI, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator